

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13

PARTE I DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

A PROTEÇÃO JURÍDICA CONTRA DISPENSA COLETIVA NO BRASIL.....	17
<i>Caio Andrade Alcantara</i>	
1. Introdução	17
2. A Força Normativa dos Princípios Jurídicos.....	17
3. A Mobilidade do Capital em Contraponto à Valorização do Trabalho.....	18
3.1. Trabalho como fonte de cidadania e integração social.....	18
3.2. A liberdade de movimento do capital e a crise no mundo globalizado.....	19
4. Características das Dispensas Coletivas	20
4.1. Conceito	20
4.2. Causas para dispensar coletivamente.....	21
4.3. Efeitos da dispensa coletiva.....	21
5. A Proteção Jurídica ao Trabalhador Ante a Dispensa Coletiva.....	22
5.1. O verdadeiro jurista perante as dispensas coletivas	22
5.2. Proteção encontrada no Direito Comparado.....	22
5.3. Convenção n. 158 e outras convenções da OIT	23
5.4. Proteção da ordem jurídica brasileira e necessidade de negociação coletiva diante das demissões em massa	25
5.5. Leis, projetos de lei e portarias.....	29
6. Dispensa Coletiva Socialmente Justificada.....	30
6.1. Requisitos para dispensa coletiva socialmente justificada	30
6.2. Medidas e instrumentos próprios para uma dispensa coletiva socialmente justificada	31
Conclusão.....	31
Referências Bibliográficas.....	33
APONTAMENTOS SOBRE A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO.....	35
<i>Laura Ferreira Diamantino Tostes</i>	
1. Introdução	35
2. Teses Aplicáveis à Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares.....	36
3. A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais e uma Possível – e Necessária – Aplicação Direta nas Relações Jurídicas Empregatícias	37

4. A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais e a Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho	39
5. Considerações Finais	41
Referências Bibliográficas	41

LIMITES DO PODER NORMATIVO NOS DISSÍDIOS COLETIVOS 43

Davi Alves Lara dos Santos

1. Introdução	43
2. Breve Síntese da Evolução Histórica da Negociação Coletiva no Brasil	44
3. Negociação Coletiva – Possibilidade e Limites	46
3.1. Limites constitucionais	47
3.2. Limites principiológicos	47
3.3. Jurisprudência	48
4. Convenção n. 158: Importância no Combate às Condutas Antissindicais	49
Conclusão	50
Referências Bibliográficas	50

OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO: A IMIGRAÇÃO ILEGAL COMO FATOR DE INCENTIVO AO DUMPING SOCIAL 51

Manuela Corradi Carneiro Dantas e Sandra Lúcia Aparecida Pinto

1. Introdução	51
2. A Migração Internacional	51
3. Características e Dimensão do Fenômeno	53
4. <i>Dumping Social</i>	55
4.1. Aspectos históricos do <i>dumping social</i>	56
4.2. O dano social	57
5. A Conexão entre os Fenômenos – A Utilização de Imigrantes Ilegais em Frentes de Produção	57
Conclusões	58
Referências Bibliográficas	59

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO, HISTÓRIA E POBREZA 61

Rodrigo Garcia Schwarz e Candy Florencio Thomé

Referências Bibliográficas	76
----------------------------	----

UBER: A OPORTUNIDADE DOS SONHOS OU O PESADELO DO DIREITO DO TRABALHO? 79

Daniela Rafael de Andrade e Rodolfo Lima Dantas

1. As Transformações nas Relações de Trabalho e Consumo e a Economia Colaborativa	79
2. Uber: Características Principais e o Modo como se Relacionam o Motorista, os Clientes e a Plataforma Digital	82
3. A Falácia do Sonho da Autonomia e a Necessária Releitura de Conceitos do Direito do Trabalho	84
Referências Bibliográficas	85

**PARTE II
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

A EFETIVIDADE DO PROCESSO: AS NOVIDADES INTRODUZIDAS PELO CPC DE 2015 E A POSSIBILIDADE DE SUA ADOÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 89

Rosemary de Oliveira Pires

1. Considerações Iniciais	89
2. Conceito de Efetividade do Direito: a Posição Teórica do Tema da Efetividade do Direito nas Ciências Jurídicas	89

3. A efetividade do Direito segundo a Teoria Pura do Direito, o Realismo Jurídico e a Teoria Tridimensional do Direito	91
4. O Processo como Instrumento de Efetividade segundo a Exposição de Motivos do CPC de 2015.....	91
5. Os novos Institutos Processuais Cíveis Dedicados à Busca da Efetividade do Processo e a Possibilidade de sua Aplicação no Direito Processual do Trabalho.....	92
6. Considerações Finais.....	95
Referências Bibliográficas.....	96
A IMPORTÂNCIA DA EFETIVIDADE DO PROCESSO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRABALHISTAS	97
<i>José Roberto Freire Pimenta e Fernanda Nigri Faria</i>	
Referências Bibliográficas.....	111
A PENHORABILIDADE DO SALÁRIO EM EXECUÇÃO TRABALHISTA À LUZ DO NOVO CPC	113
<i>Daniela Rafael de Andrade e Eduardo Perini Rezende da Fonseca</i>	
1. Notas Preliminares	113
2. A Busca pela Efetividade da Tutela Jurisdicional Executiva Trabalhista	114
2.1. Repensando a execução trabalhista pelo paradigma do credor vulnerável: uma análise principiológica	114
3. Conceito e Natureza do Salário	115
3.1. Proteção do salário	116
4. A Penhora do Salário na Execução Trabalhista: o Novo CPC, a OJ n. 153 do TST e Convenção n. 95 da OIT	116
5. Credor <i>versus</i> Devedor: uma Colisão de Princípios	118
6. Considerações Finais.....	120
Referências Bibliográficas.....	120
APLICAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO PARA EFETIVIDADE DO PROCESSO	121
<i>Luciana Cristina de Souza</i>	
1. Introdução.....	121
2. O Sistema de Precedente	121
2.1. Definições importantes sobre o sistema de precedente.....	121
2.1.1. Definição de precedente	122
2.1.1.1. Conceito	122
2.1.1.2. Elementos constitutivos da <i>ratio decidendi</i>	122
2.1.2. Classificação	122
2.1.2.1. Quanto à sua função.....	122
2.1.2.2. Quanto à força da decisão	123
2.1.2.3. Quanto à aplicação no tempo.....	123
2.1.2.4. Quanto à extensão do conteúdo aplicado	124
2.1.2.5. Quanto à revogação (<i>overruling</i>) ou reforma (<i>reversal</i>) de precedente no tempo ..	124
3. O Sistema de Precedente Previsto na Lei n. 13.105/2015	125
3.1. A mudança do paradigma estatal	125
3.2. Dispositivos do Novo Código de Processo Civil.....	127
4. Considerações Finais.....	127
Referências Bibliográficas.....	128

ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA: A IMPORTÂNCIA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL.....	129
<i>Luiz Ronan Neves Koury e Thiago Branquinho Coutinho de Sousa</i>	
1. Histórico.....	129
2. Atuação da Corregedoria Regional – Modalidades de Correição.....	130
3. Correição Ordinária Presencial.....	131
Referências Bibliográficas.....	133
NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL: DESDOBRAMENTOS NO PROCESSO DO TRABALHO	135
<i>Luiz Ronan Neves Koury</i>	
1. Introdução.....	135
2. A Constitucionalização do Processo.....	136
3. Acesso à Justiça/Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.....	137
4. Prazo Razoável para Solução dos Conflitos.....	137
5. Boa-fé.....	138
6. Cooperação.....	138
7. Contraditório.....	139
8. Aplicação do Direito.....	140
9. Publicidade/Motivação.....	140
Referências Bibliográficas.....	141
O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	143
<i>Cleber Lúcio de Almeida</i>	
1. Introdução.....	143
2. A Natureza da Relação entre o Direito Processual do Trabalho e o Direito Processual Civil.....	143
3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas segundo o CPC de 2015: Aspectos Básicos.....	144
4. Compatibilidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas com o Direito Processual do Trabalho.....	147
5. Conclusão.....	148
Referências Bibliográficas.....	149
OS PUNITIVE DAMAGES NO PROCESSO DO TRABALHO COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA	151
<i>Elizabeth Geremias e Rodrigo Garcia Schwarz</i>	
1. Introdução.....	151
2. O Instituto da Responsabilidade Civil e seus Elementos.....	152
3. O Princípio Constitucional da Dignidade Humana.....	153
4. Critérios Utilizados na Fixação da Indenização por Dano Moral.....	154
5. A Aplicabilidade da Teoria dos <i>Punitive Damages</i> no Direito Brasileiro como Forma de Proteção ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	155
Conclusão.....	158
Referências Bibliográficas.....	159
SÚMULA N. 393 DO TST SOB A PERSPECTIVA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	161
<i>Ricardo Wagner Rodrigues de Carvalho</i>	
Referências Bibliográficas.....	164

PARTE III

DIREITO PROCESSUAL COLETIVO DO TRABALHO

A AÇÃO COLETIVA EM COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO	167
<i>Elen Prates de Souza</i>	
1. Introdução.....	167

2. Definição de Trabalho Escravo	168
3. Legitimados para a Ação Judicial de Combate ao Trabalho Escravo	168
3.1. Ministério Público do Trabalho	168
3.2. Os Sindicatos	169
4. Instrumentos Legais que Coíbem o Trabalho Escravo no Cenário Internacional e Nacional	170
5. Ação Civil Coletiva e Ação Civil Pública como Medidas Judiciais para o Combate ao Trabalho Escravo	171
6. Conclusão	172
Referências Bibliográficas	172

A TUTELA COLETIVA DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO 175

Clarissa Valadares Chaves

1. Introdução	175
2. Ação Civil Pública Ambiental	176
2.1. Considerações iniciais	176
2.2. Objeto	177
2.3. Legitimação ativa	178
2.3.1. Litisconsórcio	178
2.4. Competência	180
2.5. Ônus da prova	180
2.6. Coisa julgada	181
3. Conclusão	182
Referências Bibliográficas	182

A TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E OS LIMITES DA TERCEIRIZAÇÃO PELAS CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO 183

Pedro Henrique Fernandes

1. Introdução	183
2. Interesses Transindividuais	183
2.1. A legitimidade do Ministério Público do Trabalho	184
2.2. A legitimidade dos sindicatos	185
3. Terceirização no Âmbito das Concessionárias de Serviço Público	185
4. A Atuação do MPT: Judicial (ACP) e Extrajudicial (TAC)	188
5. Sindicatos	190
6. Conclusão	191
Referências Bibliográficas	191

CONVENÇÕES PROCESSUAIS NO CONTEXTO DO PROCESSO COLETIVO 193

Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida

1. Introdução	193
2. O CPC de 2015 e as Convenções Processuais	195
2.1. Convenções processuais: aspectos gerais	195
2.2. As convenções processuais no CPC de 2015	196
3. As Convenções Processuais e as Ações Coletivas	200
3.1. Tutela jurisdicional e direitos metaindividuais trabalhistas	201
3.2. As convenções processuais segundo o estabelecido no CPC de 2105 e as ações coletivas	204
Conclusão	205
Referências Bibliográficas	206

TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA DECISÃO COLETIVA	209
<i>Carolina Silva Silvino Assunção</i>	
1. Introdução	209
2. Decisão Coletiva Proferida em Ação Visando à Tutela dos Direitos Individuais Homogêneos e seus Efeitos	210
3. Liquidação e Execução da Decisão Coletiva	212
4. Conclusão.....	214
Referências Bibliográficas.....	215